

Destinatários:

Comissões, GABPAR, Grupos Parlamentares, GABSG, SAR

157 - Sumário da Síntese semanal da atualidade europeia - 13 a 17/03/2023

1. SESSÃO PLENÁRIA DO PE	1
Desempenho energético dos edifícios	1
Sumidouros de carbono	1
Regulamento partilha de esforços	1
Rendimento mínimo	1
Repressão e julgamentos políticos na Bielorrússia	1
Relações UE-Reino Unido	2
This is Europe	2
2. AGRESSÃO RUSSA NA UCRÂNIA - AQUISIÇÃO DE MUNIÇÕES	2
3. BANCO CENTRAL EUROPEU - POLÍTICA MONETÁRIA E SETOR BANCÁRIO	2
4. INDÚSTRIA AUTOMÓVEL - EMISSÕES DE CO2 - ALEMANHA	3
5. GESTÃO DA MIGRAÇÃO	4
6. COMISSÃO EUROPEIA	4
Mercado de Eletricidade da UE - Reforma	4
Matérias-primas críticas	5
Indústria de Impacto Neutro	5
7. COMPETITIVIDADE DA UE	6
8. REUNIÕES DO CONSELHO DA UE	6
Eurogrupo	6
Conselho (Emprego, Política Social, Saúde e Consumidores)	6
Conselho (Assuntos Económicos e Financeiros)	7
Conselho (Ambiente)	7
9. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA	7
Parlamento Europeu	7
Comissão Europeia	7
Conselho da União Europeia	7
10. COOPERAÇÃO INTERPARLAMENTAR	8

1. SESSÃO PLENÁRIA DO PE¹

Teve lugar esta semana a sessão plenária do Parlamento Europeu (PE) em Estrasburgo, destacando-se os seguintes debates:

Desempenho energético dos edifícios

O PE aprovou um projeto de medidas para aumentar a [taxa de renovação e reduzir o consumo de energia, bem como as emissões de gases com efeito de estufa dos edifícios](#). A proposta visa a revisão da Diretiva Desempenho Energético dos Edifícios, com vista a reduzir substancialmente as emissões de gases com efeito de estufa e consumo de energia no setor da construção até 2030, para torná-lo climaticamente neutro até 2050.

Sumidouros de carbono

O PE aprovou também a [revisão do regulamento relativo ao setor do uso do solo, alteração do uso do solo e florestas \(LULUCF\)](#), visando melhorar os sumidouros naturais de carbono para tornar a UE o primeiro continente com impacto neutro no clima até 2050 e melhorar a biodiversidade, em consonância com o [Pacto Ecológico Europeu](#). Todos os Estados-Membros da UE terão [metas vinculativas a nível nacional para 2030](#) em matéria de remoções e emissões do setor LULUCF, com base nos níveis recentes de remoções e no potencial de novas remoções. Os Estados-Membros podem comprar ou vender créditos de remoção entre o Regulamento LULUCF e o [Regulamento Partilha de Esforços](#) para atingir as suas metas.

Regulamento partilha de esforços

Ainda neste âmbito, o PE [aprovou a revisão do Regulamento Partilha de Esforços](#), que estabelece reduções anuais obrigatórias das emissões de gases com efeito de estufa para cada Estado-Membro no que diz respeito ao transporte rodoviário, ao aquecimento de edifícios, à agricultura, às pequenas instalações industriais e à gestão de resíduos. Atualmente, o regulamento abrange cerca de 60% de todas as emissões da UE.

A legislação revista aumenta de 30% para 40% a meta de redução das emissões de gases com efeito de estufa para 2030 a nível da UE, em comparação com os níveis de 2005. Pela primeira vez, todos os Estados-Membros têm de reduzir as emissões de gases com efeito de estufa, com metas entre 10% e 50%. [Os objetivos de cada Estado-Membro para 2030](#) baseiam-se no PIB per capita e na relação custo-eficácia. Os Estados-Membros terão também de garantir que não excedem a sua dotação anual de emissões.

Rendimento mínimo

Foi adotada uma resolução que defende uma [diretiva da UE sobre um rendimento mínimo adequado](#), considerando os deputados que a crise do custo de vida deve ser combatida através de uma lei que modernize e reforce os regimes nacionais de rendimento mínimo nos países da UE.

Repressão e julgamentos políticos na Bielorrússia

O PE aprovou uma resolução em que [condena a repressão sistemática do regime bielorrusso contra o seu povo](#) e as vozes dissidentes, incluindo através de julgamentos por motivos políticos e à porta fechada, considerando que estes atos constituem graves violações dos direitos humanos. O Parlamento pede a libertação e a compensação de todas as pessoas injustamente detidas e reitera a sua veemente condenação ao envolvimento da Bielorrússia na guerra da Rússia contra a Ucrânia.

¹ Fonte: Serviço Imprensa PE

Relações UE-Reino Unido

Os deputados avaliaram a forma como o [acordo de saída do Reino Unido da UE](#) tem sido implementado, notando que são necessárias melhorias importantes para salvaguardar os direitos dos cidadãos, tendo esta implementação sido marcada pelas contínuas violações dos compromissos assumidos pelo Reino Unido ao abrigo do Acordo. Afirmaram ainda que o Acordo tem um efeito direto sobre as respectivas ordens jurídicas da UE e do Reino Unido e que os tribunais britânicos devem prestar a devida atenção à jurisprudência do TJUE, podendo os cidadãos recorrer aos tribunais nacionais caso os seus direitos ao abrigo do Acordo sejam violados. O Parlamento condenou as ações unilaterais do Reino Unido para evitar reforçar os controlos de fronteiras com a Irlanda e congratulou o quadro de Windsor e o subsequente anúncio de que o Reino Unido porá fim à controversa lei sobre o Protocolo com a Irlanda do Norte.

This is Europe

O [Presidente da Lituânia, Gitanas Nausėda, dirigiu-se ao PE no âmbito do *This is Europe*](#), focando a experiência do seu país rumo à independência e o longo caminho para a Europa, que de certa forma se assemelha à luta atual da Ucrânia pela liberdade e agradeceu ao Parlamento Europeu pela sua posição contínua contra a ocupação soviética e a sua liderança ativa na ajuda à Ucrânia.

2. AGRESSÃO RUSSA NA UCRÂNIA - AQUISIÇÃO DE MUNIÇÕES

A UE está a desenvolver esforços no sentido de reforçar a sua capacidade de [adquirir conjuntamente e de disponibilizar munições à Ucrânia](#). Esta semana, teve lugar um debate a nível de Embaixadores sobre esta matéria, com base num *non-paper* do Serviço Europeu de Ação Externa (SEAE) e da Agência Europeia de Defesa (EDA), que estabelece formas de acelerar a entrega e produção de munições para a Ucrânia, em três fases: (i) incentivar a entrega imediata de munições à Ucrânia através de uma medida de assistência do Mecanismo Europeu para a Paz (EPF), (ii) facilitar a aquisição conjunta de munições de 155mm, com base num projeto existente da EDA, e (iii) ajudar a resolver o problema do fornecimento e estrangulamentos da cadeia e a subida das capacidades de fabrico.

Esta abordagem sugere que possa ser a EDA a desempenhar um papel central na coordenação dos esforços conjuntos em matéria de aquisições, ainda que alguns países possam também ajudar a liderar estas negociações.

Em 7 e 8 de março, os Ministros da Defesa da UE procederam a uma troca de pontos de vista sobre esta matéria e deram o seu acordo de princípio sobre a abordagem sugerida. Em 13 de março, o Alto Representante apresentou uma proposta de decisão do Conselho que altera o princípio da Decisão (PESC) 2022/338 sobre uma medida de assistência ao abrigo da EPF para o fornecimento às Forças Armadas Ucranianas (UAF) de equipamento militar, concebido para fornecer força letal e uma proposta de decisão do Conselho relativa a uma medida de assistência ao abrigo do EPF para apoiar a UAF através do fornecimento de munições.

Em matéria relacionada, o *Politico* noticiou esta semana uma investigação feita pelos seus jornalistas, com base em dados alfandegários, e que demonstram que empresas chinesas, incluindo uma ligada ao governo em Pequim, exportaram para entidades russas 1.000 espingardas de assalto e outro equipamento que poderia ser utilizado para fins militares. O detalhe está disponível [aqui](#).

Finalmente, o *think-tank* do PE disponibilizou uma **análise aos pacotes de sanções da UE à Rússia** e sua implementação, bem como os obstáculos existentes, que pode ser consultado [aqui](#).

3. BANCO CENTRAL EUROPEU - POLÍTICA MONETÁRIA E SETOR BANCÁRIO

O Banco Central Europeu adotou esta semana um conjunto de decisões de política monetária (disponíveis [aqui](#)), em que projeta que a inflação permaneça demasiado elevada durante demasiado tempo. Por conseguinte, o Conselho do BCE decidiu aumentar as três taxas de juro diretoras do BCE em 50 pontos base, visando assegurar um retorno atempado da inflação ao objetivo de 2% a médio prazo.

Por outro lado, o BCE referiu que está a acompanhar de perto as atuais tensões no mercado, nomeadamente as resultantes da crise bancária nos Estados Unidos da América (EUA), resultantes da falência do *Silicon Valley Bank* (detalhe [aqui](#)) e da ação conjunta de vários bancos americanos de depositar 30 mil milhões de euros no *First Republic Bank*, para assegurar a liquidez e confiança no sistema bancário. O *The Economist* desta sexta-feira apresenta uma análise interessante dos problemas que estão a afetar o setor bancário, suas possíveis causas e consequências (disponível [aqui](#)). Na Suíça, o *Credit Suisse* ativou a possibilidade de pedir um [empréstimo de 50 milhões de francos suíços](#) ao respetivo Banco Central, para assegurar a sua liquidez (detalhe [aqui](#)).

O BCE nota que o setor bancário da área do euro é resiliente, apresentando posições de capital e liquidez fortes, assinalando, porém, que o conjunto de instrumentos de política monetária do BCE permite inteiramente proporcionar, se necessário, apoio em termos de liquidez ao sistema financeiro da área do euro e preservar a transmissão regular da política monetária.

No que diz respeito à inflação, o BCE considera agora que esta se situe, em média, em 5,3% em 2023, 2,9% em 2024 e 2,1% em 2025. Ao mesmo tempo, as pressões subjacentes sobre os preços permanecem fortes. A inflação excluindo preços dos produtos energéticos e dos produtos alimentares continuou a subir em fevereiro e os especialistas do BCE esperam que seja, em média, de 4,6% em 2023, valor que é mais elevado do que o avançado nas projeções de dezembro. Subsequentemente, projeta-se que desça para 2,5% em 2024 e 2,2% em 2025, com o desvanecimento das pressões em sentido ascendente geradas pelos anteriores choques da oferta e pela reabertura da economia e com a maior restritividade da política monetária a atenuar cada vez mais a procura.

Ainda no que diz respeito ao setor bancário, este contexto de renovada volatilidade fez ressurgir o debate sobre a conclusão dos trabalhos para completar a [união bancária da UE](#), nomeadamente as propostas legislativas sobre a gestão de crises bancárias da UE e o sistema europeu de seguro de depósitos. O *think tank* do PE publicou na semana passada uma relevante análise sobre este tema, disponível [aqui](#).

4. INDÚSTRIA AUTOMÓVEL - EMISSÕES DE CO₂ - ALEMANHA

As últimas semanas têm sido marcadas por um impasse na adoção da proposta de regulamento sobre as normas de desempenho em matéria de emissões de CO₂ dos automóveis de passageiros e dos veículos comerciais ligeiros (disponível [aqui](#)), que deveria ter sido uma formalidade face ao acordo existente entre os co-legisladores. A Presidência sueca do Conselho decidiu adiar essa assinatura formal das novas normas de emissão de CO₂ para automóveis e camionetas, inicialmente agendada para 7 de março, "para uma reunião posterior do Conselho". Esta legislação cria novas regras que poriam efetivamente fim à venda de novos automóveis com motor de combustão a partir de 2035. Porém, a Alemanha anunciou, pela voz do Ministro dos Transportes Volker Wissing, membro do partido liberal FDP, que iria reter o seu apoio a menos que a Comissão Europeia apresentasse um plano para desvendar um papel para os combustíveis electrónicos após 2035. A Itália, a Polónia e a Bulgária também manifestaram a sua oposição.

Numa tentativa de resolver este impasse antes do Conselho Europeu da próxima semana, o governo alemão enviou uma carta à Comissão explicitando a sua posição e apresentando uma proposta que inclui a definição de critérios para veículos que funcionam apenas com combustíveis electrónicos - alternativas sintéticas aos combustíveis fósseis feitos de hidrogénio e CO₂ que podem ser utilizados em motores de combustão tradicionais - na atual legislação Euro 6 sobre poluentes do bloco. A Alemanha sugere ainda acrescentar um ato delegado - um acto de legislação secundária - às normas 2035 de CO₂ que permitiria algum tipo de sistema de

crédito para os combustíveis electrónicos. Esta opção permitiria, segundo algumas [análises](#), evitar que o PE estivesse diretamente envolvido na renegociação.

O PE, através da sua Presidente (detalhe [aqui](#)), e alguns Estados-Membros, como a França, anunciaram que não pretendem que o pacote legislativo - que levou dois anos a negociar - seja reaberto.

5. GESTÃO DA MIGRAÇÃO

A Comissão Europeia adotou uma [comunicação](#) na qual apresentou o quadro estratégico para a gestão europeia integrada das fronteiras (GEIF) para um período de cinco anos. Esta [comunicação](#), resultado de um amplo processo de consulta interinstitucional, identifica como principais prioridades:

- O **controlo fronteiriço**, apoiado por sistemas informáticos de grande escala e pela cooperação inter-serviços, para reforçar a governação da migração e a preparação para situações de crise;
- As **operações de busca e salvamento** são um elemento essencial da gestão europeia integrada das fronteiras;
- Um **sistema comum da UE em matéria de regresso**: uma melhor coordenação entre as autoridades nacionais e as agências europeias é fundamental para melhorar os regressos;
- A **cooperação com países terceiros** deve ser intensificada, a fim de contribuir para o reforço das capacidades operacionais destes países nos domínios do controlo fronteiriço, da análise dos riscos, do regresso e da readmissão e da luta contra a introdução clandestina de migrantes;
- **Pleno respeito dos direitos fundamentais.**

Adotou também uma [recomendação](#) aos Estados-Membros relativa ao reconhecimento mútuo das decisões de regresso e à aceleração dos regressos, destacando-se como principais elementos o reconhecimento mútuo das decisões de regresso, regressos mais eficazes e incentivos ao regresso voluntário.

6. COMISSÃO EUROPEIA

Mercado de Eletricidade da UE - reforma

A Comissão Europeia propôs esta semana uma [nova configuração do mercado da eletricidade da UE](#) a fim de acelerar o recurso a energias renováveis e a eliminação progressiva do gás, de fazer com que as faturas dos consumidores estejam menos dependentes da volatilidade dos preços dos combustíveis fósseis e de melhor proteger os consumidores de futuras escaladas dos preços e de potenciais manipulações do mercado e tornar a indústria da UE mais limpa e mais competitiva.

Esta reforma prevê a revisão de vários atos legislativos da UE, como o Regulamento Eletricidade, a Diretiva Eletricidade e o Regulamento REMIT, e introduz medidas que visam:

- incentivar o estabelecimento de contratos a mais longo prazo para as energias renováveis e a integração, no sistema, de mais soluções limpas e flexíveis, significando também uma maior estabilidade dos preços, graças às tecnologias de produção de energia renovável não fóssil;
- possibilidade de escolher entre uma vasta gama de contratos e obter informações mais claras, beneficiando da possibilidade de bloquear os preços a longo prazo, a fim de evitar a sua volatilidade e riscos excessivos;
- reduzir o risco de falhas a nível dos fornecedores, obrigando os Estados-Membros a criar sistemas de fornecimento de último recurso, a fim de que nenhum consumidor seja privado de eletricidade;

- proteger os consumidores mais vulneráveis e permitir que os Estados-Membros apliquem preços de retalho regulados aos agregados familiares e às PME em caso de crise;
- partilha das energias renováveis, possibilidade de introdução de regimes específicos de apoio à gestão da procura e armazenamento de eletricidade, facilitar a implantação de contratos mais estáveis a longo prazo como os contratos de aquisição de energia e contratos bilaterais diferenciais, sendo os Estados-Membros obrigados a transferir os seus rendimentos excedentários para os consumidores.

Matérias-primas críticas

Foram propostas esta semana várias medidas para garantir o [acesso da UE a um aprovisionamento seguro, diversificado e sustentável de matérias-primas críticas](#), indispensáveis para um vasto conjunto de setores estratégicos, incluindo a indústria de impacto zero, a indústria digital, a indústria aeroespacial e os setores da defesa.

Associadas à [reforma da configuração do mercado da eletricidade](#) e o [ato legislativo relativo a uma indústria de impacto zero](#), as medidas hoje adotadas relativamente às matérias-primas críticas criam um ambiente regulamentar propício às indústrias de impacto zero e à competitividade da indústria europeia, tal como anunciado no [Plano Industrial do Pacto Ecológico](#).

O ato legislativo sobre as matérias-primas críticas contribuirá para:

- (1) a definição de prioridades de ação claras, identificando a lista de matérias-primas estratégicas e estabelecendo parâmetros de referência claros para as capacidades internas ao longo da cadeia de abastecimento estratégica de matérias-primas críticas e para a diversificação do aprovisionamento da UE até 2030: pelo menos 10% do consumo anual da UE para a extração, pelo menos 40% do consumo anual da UE para o tratamento, pelo menos 15% do consumo anual da UE para a reciclagem, um máximo de 65% do consumo anual da UE oriundo de um único país terceiro por cada matéria-prima estratégica em qualquer fase relevante do tratamento;
- (2) a criação de cadeias de abastecimento de matérias-primas críticas da UE seguras e resilientes;
- (3) a garantia de que a UE pode atenuar os riscos de aprovisionamento;
- (4) o investimento em investigação, inovação e competências;
- (5) a proteção do ambiente através da melhoria da circularidade e da sustentabilidade das matérias-primas críticas.

No âmbito da cooperação internacional procurará diversificar as importações de matérias-primas críticas da União, reforçando o compromisso da UE com parceiros fiáveis e parcerias mutuamente benéficas com mercados emergentes e economias em desenvolvimento, e intensificar ações comerciais, nomeadamente através da criação de um Clube de Matérias-Primas Críticas.

Indústria de Impacto Neutro

A Comissão apresentou hoje o [ato relativo à indústria europeia com impacto neutro no clima](#), por forma a aumentar o fabrico de tecnologias limpas na UE e garantir que a União está bem equipada para a transição energética. Juntamente com o ato relativo às matérias-primas críticas e à reforma do mercado de eletricidade, este ato estabelece um quadro europeu claro para reduzir a dependência da UE e aumentar a resiliência das cadeias de fornecimento de energia.

Este ato tem como base os seguintes pilares:

- criação de condições favoráveis para o investimento em tecnologias neutras, com melhoria da informação e redução da carga administrativa para a criação de projetos e concessão de licenças;

- acelerar a captura de CO₂;
- facilitar o acesso aos mercados, incentivando a diversificação das cadeias de tecnologias neutras;
- reforço das competências (*Net-Zero Industry Academies*);
- fomentar a inovação;
- criação da *Net-Zero Europe Platform*, que ajudará a Comissão e os Estados-Membros a coordenar ações e a trocar informações, incluindo em torno das Parcerias Industriais *Net-Zero*.

7. COMPETITIVIDADE DA UE

A Comissão Europeia adotou esta semana duas comunicações sobre o [30.º aniversário do mercado único europeu e a competitividade a longo prazo da UE](#). Enfatizou assim que o mercado único é o principal trunfo da UE e o motor da sua competitividade, considerando ser necessário um enfoque renovado na aplicação das regras do Mercado Único existentes, apoiadas por parâmetros de referência para abordar os défices relacionados com a transposição e implementação das regras da UE, assim como na eliminação de barreiras a nível dos Estados-Membros, em particular as barreiras à prestação transfronteiriça de serviços, e nos ecossistemas industriais com maior potencial de integração económica (retalho, construção, turismo, serviços empresariais e setor das energias renováveis). Para promover a competitividade, a Comissão procurará garantir um mercado único funcional, alargando-o e aprofundando-o e promovendo a integração dos serviços, acesso ao capital privado e ao investimento através do aprofundamento da União dos Mercados de Capitais e da conclusão da União Bancária, bem como o desenvolvimento de quadros regulamentares da UE em matéria fiscal e de serviços financeiros que apoiem as empresas; investimento público e infra-estruturas através da reforma do quadro de governação económica europeia; investigação e inovação através de incentivos fiscais, parcerias público-privadas e projetos de grande escala; implementação de energias renováveis e digitalização de sistemas de energia; promoção da transição para uma economia mais circular na UE; digitalização, educação e competências; comércio e autonomia estratégica aberta. As comunicações encontram-se disponíveis [aqui](#).

8. REUNIÕES DO CONSELHO DA UE

Eurogrupo

O [Eurogrupo](#) fez um balanço da evolução macroeconómica e orçamental na área do euro e procedeu a uma troca de pontos de vista sobre as orientações em matéria de política orçamental para 2023 e 2024 e adotou uma [declaração](#) sobre o tema. Foram também debatidas questões fundamentais para a coordenação das políticas económicas a nível mundial, tendo em vista as próximas reuniões da primavera do Grupo do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional, assim como a evolução da [inflação](#), nomeadamente os fatores que impulsionam a sua subida na área do euro e a situação em cada Estado-Membro. Os ministros aprovaram ainda as partes do projeto de conclusões do Conselho sobre a análise da governação económica relacionada com a área do euro e trocaram pontos de vista sobre os objetivos estratégicos de um [euro digital](#).

Conselho (Emprego, Política Social, Saúde e Consumidores)

No âmbito da [saúde](#), os ministros trocaram pontos de vista sobre a [Estratégia da UE para a Saúde a Nível Mundial](#), reconhecendo que é um elemento importante da resposta da UE aos atuais e futuros desafios mundiais em matéria de saúde. Foi realizado um debate de orientação sobre um projeto de lei relativo às taxas e aos emolumentos cobrados pela Agência Europeia de Medicamentos (EMA). O objetivo da proposta é assegurar que as taxas refletem melhor os custos subjacentes do trabalho realizado pela EMA e colocar o orçamento da EMA numa posição mais sustentável, tendo sido salientado o papel fundamental dos organismos dos Estados-Membros no que diz respeito ao processo de autorização de medicamentos e que o Conselho de Administração da EMA e os Estados-Membros deveriam desempenhar um papel mais importante nos futuros

ajustamentos das taxas. Sobre o [emprego e política social](#), foi debatida a proteção temporária de pessoas na UE, a adaptação do mercado de trabalho aos refugiados, dificuldades dos empregadores devido à escassez de mão de obra e de competências, importância de eliminar a barreira linguística e de intensificar o reconhecimento das qualificações. Foi adotado o Relatório Conjunto sobre o Emprego (RCE) e aprovadas as Conclusões do Conselho sobre a análise anual do crescimento sustentável para 2023 e o relatório conjunto sobre o emprego.

Conselho (Assuntos Económicos e Financeiros)

Os ministros debateram nesta [reunião](#) a forma como o Mecanismo de Recuperação e Resiliência e os capítulos REPowerEU podem contribuir eficazmente para a transição ecológica e assegurar a independência da Europa em relação às fontes de energia russas num contexto de elevada inflação e de perturbações nas cadeias de abastecimento. Aprovaram também conclusões sobre as orientações para a reforma do [quadro de governação económica da UE](#), destacando os domínios em que houve uma convergência de pontos de vista entre os Estados-Membros e domínios em que é preciso aprofundar os trabalhos sobre um quadro reformulado. Foram ainda aprovadas as orientações para o orçamento da UE para 2024, que fornecerão orientações políticas à Comissão aquando da elaboração do orçamento para o próximo ano. À margem do Conselho teve lugar a reunião semestral do [diálogo macroeconómico a nível político com representantes dos parceiros sociais](#).

Conselho (Ambiente)

Os ministros acordaram [nesta reunião](#) uma orientação geral sobre a proposta para [revisão da diretiva relativa às emissões industriais](#), realizaram um debate sobre a proposta para estabelecer um quadro de certificação da UE para a [remoção de carbono](#), sobre a proposta de revisão da legislação da UE em matéria de [embalagens e resíduos de embalagens](#) e sobre a revisão da diretiva sobre o [tratamento de águas residuais](#).

9. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA

Parlamento Europeu

Na próxima semana os trabalhos no Parlamento Europeu serão dedicados às [atividades das comissões parlamentares](#).

Comissão Europeia

A [próxima reunião](#) do Colégio será no dia [22 de março](#) e será dedicada ao pacote relativo aos consumidores, nomeadamente quanto à *fundamentação de reclamações ambientais e consumo sustentável de bens - promoção da reparação e reutilização (direito de reparação)*.

Conselho da União Europeia

O [calendário](#) completo está disponível, destacando-se:

- 20.03: [Conselho \(Agricultura e Pescas\)](#); [Conselho \(Negócios Estrangeiros\)](#)
- 21.03: [Conselho dos Assuntos Gerais](#)
- 22.03: [Cimeira Social Tripartida](#)
- 23.03: [Conselho Europeu](#)
- 24.03: [Cimeira do Euro](#)

10. COOPERAÇÃO INTERPARLAMENTAR

Na próxima semana terá lugar, na Assembleia da República, a Conferência de Utilizadores do IPEX, que contará com a presença dos funcionários dos Parlamentos dos Estados-Membros e Estados candidatos e do Parlamento Europeu. O programa da Conferência encontra-se disponível [aqui](#).

Bruxelas | 17 de março de 2023

Para mais informações: [Catarina Ribeiro Lopes](#), Representante Permanente da AR junto da UE e [Bruno Dias Pinheiro](#), Membro Permanente do Secretariado da COSAC

Pode consultar as Sínteses anteriores [aqui](#) (ARNet) ou [aqui](#).